

## CONTEÚDOS

- 01 EDITORIAL
- 02 ARTIGO GRUPOS, PESSOAS E MUSEUS: UMA ORDEM NISTO
- 08 OPINIÕES A CRISE NA RPM: ONDE ESTAMOS, PARA ONDE VAMOS?
- 11 NOVOS, RECENTES E RENOVADOS MUSEU DO CÔA
- 18 ENTREVISTA COM... INÊS LOPES GONÇALVES
- 23 NOTÍCIAS ICOM
- 24 CALENDÁRIO DE INICIATIVAS

## EDITORIAL

MARIA VLACHOU

Foi com muito interesse que ouvimos a comunicação de **Ana Mercedes Stoffel** no VI Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa, que se realizou no Museu do Oriente em Setembro de 2011, onde a oradora partilhou a sua profunda convicção de que as pessoas são o elemento fundamental de qualquer organização, nomeadamente dos museus. No artigo principal desta edição, e tendo como ponto de partida o seu envolvimento na criação do Museu da Comunidade Concelhia da Batalha, Ana Mercedes Stoffel alarga a sua reflexão sobre o papel que várias pessoas que devem garantir a sustentabilidade de um museu têm no processo.

A situação da Rede Portuguesa de Museus é motivo de preocupação neste momento para a maioria dos profissionais dos museus em Portugal. **Graça Filipe** e **Miguel Sousa Ferreira** partilham connosco a sua opinião sobre este momento de crise que afecta, em primeiro lugar, a própria RPM, mas que, sem dúvida, se alarga ao organismo responsável pela sua estrutura técnica de coordenação.

O convite aos colegas do **Museu do Côa** para apresentarem esse projecto no boletim foi dirigido em Novembro. Entretanto, recebemos a boa notícia que este museu, juntamente com o Centro de Interpretação do Vulcão dos Capelinhos (Faial) e o Hotel-Museu do Convento de São Paulo (Redondo), são três museus portugueses candidatos ao European Museum of the Year Award. A cerimónia de atribuição dos prémios do European Museum Forum terá lugar este ano em Portugal, em Penafiel, no dia 19 de Maio, e as inscrições estão abertas.

Nesta edição, temos ainda uma entrevista muito interessante com uma jovem jornalista da revista Time Out, **Inês Lopes Gonçalves**, que viu no Cemitério dos Prazeres “um autêntico museu” e que admite que não houve uma única vez em que tivesse visitado um museu e que as coisas não se tivessem tornado interessantes.

E, como sempre, notícias e iniciativas dirigidas aos profissionais dos museus nos próximos três meses.

## NOVOS, RECENTES E RENOVADOS

### MUSEU DO CÔA

#### ANTÓNIO MARTINHO BAPTISTA

Coordenação científica do Museu do Côa e antigo director do Centro Nacional de Arte Rupestre e do PAVC / Museu do Côa



Museu do Côa, sector nascente. (Foto: António Martinho Baptista)

### 1. UM MUSEU PARA O VALE DO CÔA

Durante a longa fase processual foi chamado Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa. Por uma questão de simplificação, mas também porque se revelou suficiente, optou-se por lhe chamar apenas Museu do Côa.

Formalmente, o Museu do Côa teve dois distintos lugares de implantação, escolhidos de acordo com duas bem diferenciadas etapas deste projecto. A primeira decorreu entre 1998-2003 e a segunda entre 2004-2010, datas que se prendem com o próprio calendário político do país e dos seus sucessivos governos (6 governos e 8 Ministros da Cultura durante todo este período).

Mas a ideia de avançar para a construção de um museu dedicado à arte rupestre do Vale do Côa começou logo em paralelo com a criação do Parque Arqueológico do Vale do Côa (PAVC), inaugurado em 10 de Agosto de 1996. Após a classificação da Arte do Côa como Património Mundial da UNESCO, o governo português comprometeu-se a mandar fazer os estudos e avançar para a criação de um museu no Vale do Côa.

Num primeiro momento, ainda sob o calor da polémica do Côa (*gravuras versus barragem*) ocorrida ao longo de todo o ano de 1995, fora escolhido o emblemático sítio do encosto Norte da abandonada barragem do Côa, perto dos sítios arqueológicos da Canada do Inferno e do Rego da Vide. Um projecto caro e ambicioso, mas de grande e visionário alcance, que seria abandonado durante o governo Durão Barroso. Este primeiro

projecto andou anos a ser discutido e burilado, já que ia sendo sucessivamente emagrecido, e infelizmente nunca chegou à fase de obra. Tinha como equipa projectista a AFA, Consultores de Engenharia, e era coordenado por Rui Furtado e Maria Elisa Parente, sendo Fernando Maia Pinto o arquitecto responsável e os conteúdos museológicos e cenográficos entregues a uma empresa canadiana, a Experience International. Na sua versão final à data do abandono, teria cerca de 14.400 m<sup>2</sup> de área coberta, dos quais cerca de 1.900 seriam dedicados às salas de exposição permanente. Era um autêntico projecto integrado, que englobava também a reemersão da Canada do Inferno e de um sector de rio para montante do sítio do museu, que permitiria tornar acessíveis *in loco* todos os painéis gravados da Canada do Inferno e outros entretanto descobertos. Este sector está artificialmente alteado por influência da barragem do Pocinho, que faz subir as águas frente à Canada do Inferno cerca de 12 metros. As alterações governamentais levaram entretanto à reavaliação de todo o projecto em Novembro de 2003, num momento em que o projecto de arquitectura estava na fase de Estudo Prévio.

A segunda fase, que implicou a escolha de um outro local (que foi muito ponderado relativamente ao anterior), arranca pois em 2004 e alonga-se até à inauguração do actual museu em finais de Julho de 2010. O local escolhido seria agora um dos cimos aplanados junto à margem esquerda da foz do Côa, com um amplíssimo horizonte visual para terras durienses. Esta largueza de vistas tornar-se-ia mesmo uma das mais-valias do museu. Nunca foi ponderada a hipótese da construção do museu ser localizada no interior do casco urbano de Vila Nova de Foz Côa, embora se tenha procurado uma ligação directa à cidade. Privilegiou-se também a sua ligação umbilical aos sítios com gravuras, o que foi patente em qualquer um dos projectos. Infelizmente até hoje pouco se avançou nesta ligação directa e mais imediata a painéis gravados *in loco*, que os há junto ao actual museu, quer pelas dificuldades de acesso ainda não solucionadas, quer pelo facto das gravuras desta zona serem todas incisadas e portanto só bem visualizáveis com luz rasante artificial. Mas a razão fundamental para este atraso prende-se mais com a actual crise financeira do país que não tem aqui permitido novos investimentos, como também o seriam a ligação do museu aos barcos que circulam no Douro (continua a faltar um cais de embarque/desembarque e a sua ligação por teleférico ou outro qualquer sistema à entrada do museu) e até à antiga ligação ferroviária entre Pocinho e Barca de Alva que passava mesmo em frente do museu e está desactivada desde meados dos anos 80 do século passado.

## 2. O MUSEU E O MONTE – CORPOS CONJUGADOS

Ao concurso público para a concepção do Museu do Côa (Decreto-Lei nº 96/2007, de 29 de Março e Portaria nº 376/2007, de 30 de Março) concorreram 42 projectos, dos quais só 37 seriam apreciados pelo júri, cujo relatório final seria homologado pelo Ministro da Cultura em 8 de Junho de 2004.

O projecto de arquitectura, coordenado por Pedro Tiago Pimentel, deve-se a este arquitecto e a Camilo Rebelo e Sandra Filipe Barbosa, tendo os dois primeiros constituído um consórcio de projecto com o G.O.P., Gabinete de Organização e Projectos, Lda. Uma obra encomendada pelo antigo Instituto Português de Arqueologia e concluída pelo IGESPAR,IP. Recebeu financiamentos do FEDER, Fundo Europeu para o Desenvolvimento Regional, através do Programa Operacional Regional do Centro/Programa Operacional da Cultura. O custo total da obra e seus anexos seria c. de 18 M€, tendo a verba orçamentada sido zelosamente cumprida sem qualquer derrapagem financeira.



O Museu do Côa enquadrado pelos rios Côa (à direita) e Douro (em frente). (Foto: António Martinho Baptista)

O edificado implanta-se no alto da acentuada vertente que ladeia, junto às margens esquerdas, a junção do Côa com o Douro. De acordo com os princípios conceptuais de criação deste projecto, o seu "pressuposto único" é a sua perfeita "integração na paisagem", adossando-se o corpo do museu, ainda que num "gesto forte e afirmativo" num desenvolvimento "subtil, sensível à topografia, pouco modificando o perfil do monte e dialogante com a paisagem" (memória descritiva do anteprojecto de Julho de 2005). É uma espécie de *instalação na paisagem*, ao jeito da *land-art*, prolongando a própria caracterização da arte rupestre como uma das primeiras manifestações de *land-art* na história da humanidade. O museu deixa pois gradualmente de ser um corpo estranho para se integrar enquanto novo-velho elemento numa paisagem humanizada, já ela também ritualizada pelas sucessivas transformações envolventes: os rios alteados pelo efeito das barragens, os terraços que moldam ritmicamente as encostas em amplos escadórios aqui e ali pontilhados por raros casarios, as vinhas, ora verdes, ora castanhas, ora cinzentas... O museu, construído a partir de Janeiro de 2007 e inaugurado em 30 de Julho de 2010, é agora, também ele, um outro condicionante desta paisagem onde o Côa penetra o Douro.

A própria e única acessibilidade terrestre (o museu também dispõe de um heliporto) pavimentada ao museu utilizou o antigo caminho que de Vila Nova de Foz Côa conduzia a este lugar, um antigo miradouro agora reconvertido. O caminho rural, que era estreito e em terra batida, foi ligeiramente alargado e pavimentado, de forma a obedecer aos actuais regulamentos, mas manteve a sua sinuosidade e o enquadramento da malha dos antigos muros de pedra seca que agora foram refeitos e consolidados, reutilizando-se a pedraria antiga que os compunha. Este pequeno alargamento permite o cruzamento entre viaturas mas não o seu estacionamento. O estacionamento das viaturas automóveis é feito na própria cobertura do museu. Toda a sua envolvente, nomeadamente a flora espontânea, mas também as culturas de amendoeiras e oliveiras, foi mantida. Foi também estudada e limpa uma ligação pedonal entre o núcleo urbano de Foz Côa e o Museu.

A fraca iluminação exterior do museu teve em conta a estratégia de evitar uma poluição luminosa do local, o que foi amplamente conseguido, mas que é pouco funcional para quem sai do museu à noite ou pretenda ir ao restaurante (ainda não concessionado).



Plataforma superior do Museu do Côa pouco antes da sua inauguração. (Foto: António Martinho Baptista)

O corpo edificado assume-se assim como um largo monólito tombado numa paisagem "lapidada por três vales" (Côa/Douro/Vale de José Esteves) na síntese dos projectistas, constituído por um puzzle moldado na plasticidade do betão, simulando placas de xisto betonado com a coloração amarelada dos afloramentos locais. Esta coloração foi obtida em parte pela junção de pó de xisto na massa cinzenta do betão, criando uma espécie de "massa híbrida". A textura destas placas/lajes foi obtida a partir da sua cofragem em moldes feitos a partir de elementos dos xistos das pedreiras locais. O seu aspecto exterior é assim o de uma rugosidade já varrida por ventos e outras erosões (nas paredes interiores estas placas são polidas), como se fossem grossas placas de xistos arrancados dos seus afloramentos naturais. Visto à distância, esta solução evitou a tal ruptura com a paisagem envolvente, aparecendo o museu não como um elemento estranho aqui implantado, mas como uma instalação já ela também absorvida pela própria paisagem a que concede uma outra dimensão numa continuidade eco-re-organizada.

O longo corpo triangular alonga-se pelo monte como um grande bloco pétreo, aqui e ali rasgado por janelas-frestas alongadas em altura e com movimentos irregulares na sua fixação às paredes assim rasgadas.

O lugar de implantação do museu está também ele carregado de simbolismo. Com efeito, para além de se situar no coração dos núcleos de expansão da arte rupestre do final do Paleolítico (período Magdalenense) e do ciclo rupestre da IIª Idade do Ferro, a sua implantação é similar à das antigas quintas vinhateiras tão típicas de toda esta região.

A entrada principal no museu processa-se através de uma longa e desnivelada rampa de acesso que vai até ao *lobby*, aqui dividindo os serviços do PAVC (para a esquerda) dos do Museu propriamente dito com as áreas de exposições temporárias e permanente (para a direita). Esta fenda torna-se assim um elemento estruturante e ao mesmo tempo indica o caminho da luz às trevas das salas de exposição permanente. Ora, se este foi um processo claramente assumido pelos projectistas, balisando entre o diálogo exterior da massa arquitectónica com a paisagem ainda arcaizante (porque remete para a dos próprios criadores rupestres) e a

escuridão de um espaço expositivo como se de uma gruta se tratasse, isto poderia aparecer como uma contradição, já que a Arte do Côa, tema fundamental do programa expositivo, era uma arte da luz e não uma arte das trevas. É o "interior da sala gruta, que nos remete para um tempo primitivo", nas palavras dos projectistas. É esta aliás uma das grandes originalidades da Arte do Côa, pois foi a sua arte rupestre paleolítica de ar livre que contribuiu para que a arte paleolítica europeia deixasse de ser tão-só uma arte das cavernas. Esta contradição foi claramente assumida pelo facto de desde sempre termos privilegiado uma visita complementar entre o museu e o campo, ou seja, queremos que os visitantes do museu possam sempre complementar a sua visita ao museu (enquanto grande "centro de interpretação" mais ou menos académico) com uma deslocação a pelo menos um dos lugares rupestres do vale. O museu funcionaria assim como uma porta, um mergulho na escuridão dos milénios, uma espécie de fenda rasgada no espaço-tempo sem uma preocupação de centrar na luz a sua preocupação explicativa. Este aspecto torna o museu do Côa uma espécie de caixa do tempo que leva o visitante a interrogar-se mais nos aspectos propriamente arqueológicos da arte rupestre do que na relação entre esta e o mundo natural (que é aliás uma das principais vias de pesquisa nos estudos actuais de arte rupestre). Foi uma opção que, apesar de tudo, facilita os sistemas de visualização dos elementos expositivos como sejam as réplicas (luzes indirectas e rasantes), as imagens acondicionadas em caixas de luz e os multimédia.

A aridez recta da cobertura é cortada ao alto e junto à profunda fenda da entrada, pela presença singular e insólita de uma oliveira ali implantada. Ou seja, o até há pouco corpo estranho do museu já faz parte do *oikos* regional.

### 3. DA NATUREZA DAS COISAS – O PROGRAMA MUSEOLÓGICO

Ultrapassada a questão de serem os próprios arquitectos a esboçarem um projecto de museologia para o qual não estavam manifestamente vocacionados, o IGESPAR encarregaria os próprios arqueólogos do PAVC de redigirem um (já muito pensado) programa museológico.

Com efeito, o programa museológico, ao contrário do que seria desejável, não foi escrito previamente ao desenho arquitectónico (se exceptuarmos o guião sintético que escrevemos para o programa do concurso para a escolha do projecto de museu). Começou por ser um programa ambicioso, mas que teve de reduzir-se à geometria do edificado. E ser mitigado na ambição do muito que se queria dar a ver. A equipa que redigiu este programa foi constituída por António Martinho Baptista, André Santos, Thierry Aubry e Alexandra Cerveira Lima. Foi fundamental a coordenação de Alexandra Cerveira Pinto Lima, na altura directora do PAVC, que teria também um papel determinante na coordenação da abertura do museu em Julho de 2010. Ou seja, o programa museológico seria feito, como não podia deixar de ser, a partir do trabalho do antigo Centro Nacional de Arte Rupestre (em má hora extinto em Abril de 2007) e pelo da equipa de arqueologia do PAVC (que entretanto tinha anexado o antigo CNART), onde é justo destacar também o trabalho de muitos anos de Fernando Barbosa, Manuel Almeida, João Félix, Jorge Sampaio, Dalila Correia, Mário Reis, Luís Luís e Rosa Jardim, entre outros.

Ainda relativamente aos conteúdos contou-se com a colaboração da UAUM/Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (sob a coordenação de José Meireles e Paulo Bernardes, este para as aplicações multimédia), do CECL/UNL-Centro de Estudos Comunicação e Linguagens da Universidade Nova de Lisboa (sob a coordenação de José Bragança de Miranda e Teresa Cruz) e do CEG/Centro de Estudos Geográficos, Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (sob a coordenação de Ana Ramos Pereira). A estratégia cultural foi coordenada por Lúcia Gonçalves de Brito e a coordenação executiva

por Fernando Real. A condução política/executiva de todo o processo (que, como se calcula, não foi fácil) foi assegurada por João Pedro Cunha Ribeiro enquanto vice-director do IGESPAR.

Os conteúdos expositivos distribuem-se no espírito de uma "nave única", com salas amplas e tectos muito alteados (mais de 6 metros de pé-direito), com paredes negras onde ressaltam os elementos expostos. Como é evidente, o discurso arqueológico centra-se na arte paleolítica do Côa, seus particularismos e originalidades numa paisagem monumentalizada pela arte, sua grande antiguidade e de como esta é uma das grandes descobertas arqueológicas de finais do século passado na Europa. É um museu em perpétua transformação, procurando sempre integrar os novos elementos que a investigação vai sistematizando. Para além da exposição com inúmeros elementos gráficos (fotos e desenhos) apresentados em caixas de luz e pequenos filmes em monitores interactivos, há uma série de elementos rupestres que pontilham, aqui e ali, fosforescentes, as paredes do museu, dando-se assim realce à enorme qualidade estética de algumas das gravuras dos arcaicos *mestres* do Côa. Procurámos fazer poucas réplicas de painéis historiados (que hoje já são banais em muitos museus de arqueologia e arte rupestre), apenas as indispensáveis a uma melhor compreensão do discurso arqueológico que se verte no museu. E porque sempre defendemos que o verdadeiro museu é o vale!



Museu do Côa. Pormenor do interior da sala A. (Foto: José Paulo Ruas)

O museu, porque se assume como um museu de arte e arqueologia, engloba também, na sua exposição permanente, obras de dois artistas contemporâneos: quatro instalações com espelhos de Ângelo de Sousa (as últimas obras públicas deste artista falecido em 2011); e uma escultura/instalação de Alberto Carneiro ("Árvore Mandala para os Gravadores do Vale do Côa"), esta na última sala do museu, selando o percurso da visita e procurando uma ligação (um *continuum*) entre as artes da pré-história antiga e as criações artísticas do nosso tempo.

## 4. DA GESTÃO

O Museu do Côa é uma obra pública, que desde a sua inauguração foi gerido como serviço dependente pelo IGESPAR, IP. Em 16 de Setembro de 2011, o Secretário de Estado da Cultura deu posse a um Conselho de Administração (com um presidente executivo e dois vogais não executivos) nascendo então a Fundação Côa/Parque, já criada pelo anterior governo através do Decreto-Lei nº 35/2011, de 8 de Março. É esta Fundação que hoje gere esta estrutura, em paralelo com a gestão do Parque Arqueológico do Vale do Côa, também entretanto extinto por força do mesmo Decreto, enquanto serviço dependente do IGESPAR, IP.

No momento em que escrevo, vive-se porém uma situação híbrida, já que a Côa/Parque é uma fundação pública de direito privado, onde para já quase só trabalham funcionários públicos. Será que a Fundação foi apenas mais uma forma de desorçamentar despesas no anterior Ministério da Cultura, ministério também entretanto extinto?

18 meses depois da sua abertura, o Museu do Côa (um projecto-âncora no discurso político regional) continua a ser procurado por um número cada vez maior de visitantes (mais de 60.000 passaram já pelo museu), pesem embora os tempos difíceis e de grande carência económica das famílias. Sendo uma estrutura do Parque Arqueológico do Vale do Côa, o museu tornou-se um equipamento incontornável no turismo da região do Douro superior português e uma forte mais-valia sem paralelo na região. Porque desde o início soube aliar a inegável qualidade da arte do Côa que aqui se mostra desafiando o visitante a aprofundar o seu conhecimento, a uma aposta na revitalização económica de uma região deprimida e cada vez mais despovoada, que afinal pode encontrar num equipamento de cultura uma das suas principais vias na procura de um desenvolvimento sustentado.

## Bibliografia

AUBRY, T. (Ed.) (2009): *200 séculos da história do Vale do Côa: incursões na vida quotidiana dos caçadores-artistas do Paleolítico*. Trabalhos de Arqueologia, 52, IGESPAR, IP., Lisboa

BAPTISTA, A.M. (2009): *O Paradigma Perdido. O Vale do Côa e a Arte Paleolítica de Ar Livre em Portugal/Paradigm Lost. Côa Valley and the open-air palaeolithic art in Portugal*. Edições Afrontamento/PAVC, Porto.

REAL, F. (2011): Datas essenciais do Parque Arqueológico do Vale do Côa (1989-2011). *O Arqueólogo Português*, Série V, 1, p. 205-228.

RIBEIRO, J.P.C. (Ed.) (2009): O Museu do Côa, *Cadernos Côa 01* Ed. do IGESPAR e CECL, Lisboa (Número monográfico dedicado ao Museu do Côa)

SEABRA, N.M. (Coord. Ed.) (2004): *Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa. Concurso para o Projecto*. Lisboa, Ed. LIBRUS, Publicações Técnicas e Instituto Português de Arqueologia. (Catálogo da exposição sobre os projectos concorrentes ao concurso)